



E.M.

Nº 49 /12-GAB/SEPLAN

Brasília, 14 de setembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2013”, nos termos dos artigos 149 e 150, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, observadas as diretrizes orçamentárias constantes da Lei nº 4.895 de 26 de julho de 2012, bem como as da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que regulamenta as finanças públicas com enfoque na responsabilidade da gestão fiscal.

Em sua elaboração, cuidou-se de manter a compatibilidade com as estratégias e diretrizes do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 e atender as decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal que tratam da matéria. Sua composição preserva os limites constitucionais relativos às despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, ações e serviços públicos de saúde, ciência e tecnologia, apoio à cultura e reserva de contingência, além dos limites prudenciais para pessoal e encargos sociais e para serviço da dívida, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o disposto no art. 149, §§ 4º e 5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o projeto é composto pelos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes do Distrito Federal, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, sendo que, neste último, estão relacionadas as despesas com saúde, previdência e assistência social. Também faz parte do projeto de lei o Orçamento de Investimento das empresas estatais em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

A presente proposta totaliza R\$ 21.258.837.118,00 (vinte e um bilhões, duzentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, cento e dezoito reais), dos quais R\$ 18.933.037.896,00 (dezoito bilhões, novecentos e trinta e três milhões, trinta e sete mil, oitocentos e noventa e seis reais) referem-se aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e R\$ 2.325.799.222,00 (dois bilhões, trezentos e vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e nove mil, duzentos e vinte e dois reais), ao Orçamento de Investimento das empresas estatais não dependentes de recursos do Tesouro do Distrito Federal.

À sua Excelência o Senhor

AGNELO QUEIROZ

Governador do Distrito Federal

N E S T A



Da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Receita do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Preliminarmente, é importante acrescentar que, às receitas locais, somam-se os valores do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, constantes do Orçamento da União, fixados em de R\$ 10.694.932.179,00 (dez bilhões, seiscentos e noventa e quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil, cento e setenta e nove reais), destinados ao custeio das despesas da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como à assistência financeira às áreas de Educação e de Saúde do Distrito Federal, na forma do art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, conforme demonstrado em anexo específico constante deste projeto de lei.

Para o exercício de 2013, houve um acréscimo da estimativa da receita total dos orçamentos fiscal e da seguridade social da ordem de 12%, comparativamente à previsão orçamentária para o ano de 2012. Já no Fundo Constitucional do Distrito Federal, a variação alcançou 7,29% em relação aos valores fixados para o exercício de 2012.

Receitas Tributárias

Os valores oriundos da arrecadação das receitas distritais estão previstos para atender às programações constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social para o ano de 2013 e apresenta um acréscimo da ordem de 3,5% em relação Lei Orçamentária de 2012, com índice de crescimento real de 10,8% nominais.

Esse crescimento é resultado do esforço fiscal do Governo do Distrito Federal no sentido de tornar mais efetivo os mecanismos disponíveis de recuperação de receitas, por meio dos programas de renegociação das dívidas, aumento da eficiência nos processos de fiscalização e ampliação da base tributária nas áreas em que o Estado tenha atuação.

Tanto o ICMS quanto o ISS tem variação explicada pelo nível de atividade econômica, medido pelo PIB trimestral nominal a preços de mercado, ao qual foram acrescentadas as expectativas de liberação de recursos para financiamento na modalidade do Financiamento Especial para o Desenvolvimento-FIDE, cuja fonte da informação é a Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Estado de Fazenda. Assim, a estimativa para o exercício de 2013 do ICMS alcança R\$ 6.364.573.000,00 e a do ISS, por sua vez, R\$ 1.128.894.000,00.

A estimativa do IPTU considera, além do aumento da base de arrecadação, com o incremento de novas áreas residenciais, também os novos programas de incentivos fiscais que têm se mostrado efetivos quanto aos resultados esperados e quanto aos incrementos de receitas, como é o caso do programa Nota Legal. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como de pagamentos de débitos de exercícios anteriores, da estimativa de renúncia, do abatimento referente ao programa Nota Legal e do desconto para pagamento em cota única, apurou-se a arrecadação estimada de R\$ 782.672.000,00 para o IPTU de 2013, sem aumento de alíquotas.



Já para o IPVA, cabe destacar a diminuição da inadimplência em 2013 devido à continuidade da parceria com órgãos de segurança para cobrança do IPVA vencido. Com vistas a combater a inadimplência, pretende-se promover a inscrição de devedores no SERASA e Cartório de Protestos. Assim, espera-se alcançar uma arrecadação de R\$ 593.176.000,00 com o IPVA.

Das Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Em relação à programação da despesa por categoria de gasto, conforme já divulgado pelo Governo do Distrito Federal, destaca-se o custo das despesas de pessoal e encargos sociais, incluídos os encargos previdenciários constantes do Regime Próprio de Previdência Social, estimado em R\$ 8.691.584.885,00 bilhões, observando-se, portanto, os limites prudenciais estabelecidos pela LRF.

As outras despesas correntes, em função da necessidade de compor a maioria das despesas das áreas essenciais do Governo, foram revisadas e apresentam-se nos valores possíveis e necessários à manutenção e ao funcionamento da máquina pública e, especialmente, à ampliação dos benefícios sociais concedidos, as quais totalizam R\$ 5.343.468.984,00.

Refletindo a política de austeridade fiscal necessária, com vistas a viabilizar os investimentos que a capital federal tanto necessita, sobretudo em função da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014, as despesas com investimentos estão previstas em R\$ 3.504.692.978,00, mais alto valor já previsto em toda a história do Distrito Federal.

A dívida pública consumirá cerca de R\$ 472 milhões entre o pagamento de juros e amortização, considerando contratos firmados e operações a contratar, com impacto no exercício de 2013. Cabe resaltar que o Distrito Federal encontra-se com margem para contratação de novas operações de crédito, nos termos, valores e limites estabelecidos nas resoluções do Senado Federal.

A necessidade de novos investimentos se faz constante em relação à dinâmica da cidade e da busca de oportunidades, como é o caso dos eventos que acontecerão na cidade em 2013 e nos anos seguintes, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de 2014. Entretanto, os recursos disponíveis nem sempre se fazem presentes nos montantes devidos. Por essa razão o Estado se vale de alternativas de financiamento, como o estabelecimento de parcerias com o setor privado, consórcios municipais e contratos com Governo Federal.

Desta forma, está sendo possível viabilizar um conjunto de ações, que em parceria com o Governo Federal, irão alavancar os investimentos de diversos setores da economia local, em consonância com as políticas públicas nacionais. Esse conjunto de Projetos está sendo denominado de **Projetos Estruturantes do Distrito Federal**, cuja apresentação consolidada encontra-se disposta em demonstrativo específico que acompanha o projeto de lei orçamentária para 2013.

Também os contratos firmados por meio de Parcerias Público-Privadas – PPPs têm se mostrado eficientes nas áreas de Habitação, a exemplo do Setor Habitacional Mangueiral, e na de Gestão Pública, com a construção do novo Centro Administrativo, cuja implantação irá permitir a redução de custos e eficiência da máquina governamental. Demais estudos nesta modalidade estão em fase avançada de consolidação, buscando os mecanismos necessários para os investimentos na Capital da República.



Com relação à transparência de que trata o art. 48 da LRF, bem como o art. 12 da Lei nº 4.895, de 26 de julho de 2012, LDO/2013, importa destacar a participação da população nas audiências públicas, promovidas por esta Secretaria de Planejamento e Orçamento, que antecederam o processo de elaboração da Proposta Orçamentária para 2013. Além das audiências, foram realizadas diversas reuniões plenárias do Orçamento Participativo, por meio das quais foram incorporadas sugestões e definidas ações de governo a partir de demandas da população, conforme anexo específico constante deste Projeto.

Todo o processo foi feito em estrita observância à legislação vigente, cumprindo as decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal e limitações ainda persistentes quanto à estruturação e metodologia no processo de elaboração dos Projetos de Leis Orçamentárias Anuais, como é o caso das ações relacionadas no anexo de metas e prioridades, constante da LDO/2013. Tais ações encontram-se, por vezes, insuficientemente dotadas, em razão das limitações de receitas, as quais serão objeto de recomposição na medida de suas execuções.

Resta mencionar a redação proposta para o art. 8º, que autoriza a abertura de créditos suplementares, por ato próprio do Executivo, nos casos em que menciona. O Poder Executivo necessita de maior flexibilidade na execução do orçamento, para atender as sempre prementes demandas sociais, com possibilidades de adequações capazes de intervir e sanar possíveis desequilíbrios, além de reforçar programações, eventualmente necessitadas, de modo a assegurar o efetivo desenvolvimento das ações governamentais.

Pontualmente, propõe-se o aumento do percentual de alteração, de 20% para 25% (vinco e cinco por cento), voltando aos patamares realizados até 2010, quando, por emenda parlamentar à Lei Orçamentária de 2011, o percentual foi reduzido. Por esta razão, é tempestivo pugnar pela manutenção do percentual proposto para 2013, relativamente à autorização do limite para créditos adicionais por ato do Poder Executivo, reduzindo, desta forma, a elaboração de sucessivos projetos de lei de créditos adicionais.

A outra alteração refere-se à distinção entre os orçamentos, dando as Empresas maior flexibilidade nos ajustes necessários.

A LRF preceitua que uma gestão fiscal responsável, pressupõe ações planejadas e flexíveis na execução, prevenindo riscos e corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Assim, a capacidade de remanejamento de recursos para o reforço de dotações de pessoal e encargos sociais, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, viabiliza, de forma integral e ágil, o pagamento da folha em tempo hábil.

É imperativo, ainda, ressaltar a destinação de recursos para as despesas obrigatórias de caráter continuado (classificadas como constitucionais ou legais), cuja execução requer uma efetiva atenção, haja vista o seu caráter obrigatório por pelo menos dois exercícios. Por ser essencial, não deve sofrer limitações relacionadas a ajustes orçamentários no exercício. Tais despesas têm prioridade na alocação de recursos. Mesmo quando incrementadas no decorrer do exercício, são necessárias informações sobre o impacto orçamentário-financeiro e sua repercussão sobre as metas de resultados fiscais para o exercício em referência e os dois seguintes.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO
GABINETE



A autorização para remanejamento dos saldos remanescentes por decreto, sem afetar o limite, garante o controle da execução necessária ao atendimento integral da despesa tipificada. Tal procedimento já está consolidado, inclusive, em outras Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Leis Orçamentárias de outros Entes da federação, cujos dispositivos foram adaptados à realidade local.

Diante do exposto, e considerando a conjuntura econômica e a situação fiscal em que se encontra o Distrito Federal, objetivando a manutenção das ações consolidadas por este órgão central de planejamento e orçamento do Distrito Federal, encaminho o Projeto de Lei Orçamentária – PLOA 2013, com os recursos públicos que o GDF irá dispor no exercício de 2013, bem como a programação das despesas a eles vinculadas.

Respeitosamente,

LUIZ PAULO BARRETO
Secretário